

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ (41) 3110-1001

✉ prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

DECRETO Nº 2.477 DE 10 DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre a homologação da instrução normativa nº 001/2025 – da unidade de controle interno do município de araruna/pr.

O **Prefeito do Município de ARARUNA/PR**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica HOMOLOGADA a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2025, de 10 de julho de 2025, da Unidade Central de Controle Interno, desta municipalidade, conforme disposto no anexo do presente Decreto.


Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Evangelista Dal Santos.

Araruna, 10 de julho de 2025.

Gustavo França dos Santos

Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ (41) 3110-1001

✉ prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2025

"Dispõe sobre a padronização das ações e procedimentos para o andamento e a retomada de obras paralisadas no âmbito da Administração Direta do Município de Araruna e dá outras providências".

A Unidade Central de Controle Interno, no USO das atribuições conferidas pelo artigo 6º inciso I, da Lei nº 1.344/2007, de 20 de dezembro de 2007; e Considerando as normativas elaboradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em especial o contido no manual de obras públicas, como também na cartilha de obras paralisadas e seu respectivo fluxograma;

Considerando a necessidade de atender o contido no Acórdão no 3701/2023 TP, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que homologou as recomendações contidas no relatório de Auditoria do PAF 2023, relativo às obras paralisadas;

CONSIDERANDO o Achado relativo a "Ações e/ou procedimentos insuficientes da gestão para o andamento ou retomada de obra paralisada", apontado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, em processo nº 70328-1/2023;

CONSIDERANDO a análise preliminar realizada pelo Controle Interno acerca da necessidade de aprimoramento dos fluxos de trabalho, controles gerenciais, comunicação formal e acompanhamento de obras públicas, em especial daquelas paralisadas;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir maior segurança jurídica, transparência, eficiência e continuidade na execução das obras públicas, em benefício da população;


CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de estabelecer procedimento formal e controles específicos para acompanhar o andamento e a retomada de obras paralisadas, bem como as medidas administrativas e judiciais a elas relacionadas,

RESOLVE editar a seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece normas, rotinas e responsabilidades para o gerenciamento, acompanhamento, comunicação formal, registro e controle das ações voltadas ao andamento e à retomada de obras públicas paralisadas no âmbito da Administração Direta do Município de Araruna.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ (41) 3110-1001

✉ prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I – **obra pública**: toda intervenção de construção, reforma, ampliação ou adequação de bem público realizada pelo Município, com recursos próprios ou de terceiros (convênios, financiamentos, transferências voluntárias, entre outros);

II – **obra paralisada**: obra cujo contrato se encontre vigente, porém com interrupção total das atividades por período superior a trinta (30) dias, sem execução física relevante;

III – **obra em andamento com risco de paralisação**: obra que apresente atrasos relevantes no cronograma físico-financeiro, reiteradas ocorrências negativas em diário de obra, atrasos de repasses, conflitos contratuais ou outros fatores que indiquem risco concreto de interrupção;

IV – **unidade gestora da obra**: o órgão ou secretaria responsável pela gestão do contrato de obra, fiscalização, instrução processual e interface com os demais setores;

V – **fiscal de contrato/obra**: servidor formalmente designado para acompanhar a execução do contrato, registrar ocorrências e adotar as comunicações pertinentes.

Art. 3º As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se a todas as obras públicas executadas pela Administração Direta, independentemente da fonte de recursos, devendo ser observadas pelas seguintes unidades mínimas:

I – Departamento responsável pela Engenharia/Planejamento/Convênios e Obras;

II – Departamento de Licitações;

IV – Departamento de Contabilidade e Finanças;

V – Departamento Jurídico;

VI – Controle Interno;

VII – demais unidades que, por ato do Prefeito, venham a ser envolvidas.

CAPÍTULO II

DO CADASTRO E DO CONTROLE GERENCIAL DAS OBRAS

Art. 4º Fica instituído o **Cadastro Municipal de Obras**, a ser mantido pela unidade responsável pela Engenharia/Obras, em conjunto com o setor de Planejamento/Convênios, preferencialmente em planilha ou sistema informatizado, contendo, no mínimo, para cada obra:


I – identificação da obra (título, objeto sucinto);

II – localização (endereço, bairro, unidade escolar, unidade de saúde etc.);

III – unidade gestora responsável;

IV – número do processo administrativo e do contrato;

V – empresa contratada e CNPJ;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ (41) 3110-1001

✉ prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

VI – valor contratado, valor aditivado e valor total atualizado;

VII – fonte(s) de recursos (recursos próprios, convênio, financiamento, FNDE, outros), com identificação do instrumento (nº do convênio/termo);

VIII – situação atual (planejada, em licitação, contratada, em execução, paralisada, concluída, rescindida, outra);

IX – data de início da obra e data prevista de conclusão;

X – percentual de execução física e financeira atualizado;

XI – registro de paralisações (data de início, motivo, responsável pelo registro);

XII – existência e situação de medidas administrativas ou judiciais relacionadas à obra (notificações, sanções, rescisões, ações judiciais, etc.).

§ 1º O Cadastro Municipal de Obras deverá ser atualizado, no mínimo, mensalmente, pela unidade responsável pela Engenharia/Obras, com apoio das demais unidades envolvidas.

§ 2º A atualização do Cadastro Municipal de Obras constitui rotina obrigatória e será utilizada como base para relatórios gerenciais, atendimento ao TCE-PR, órgãos de controle, bem como para prestação de contas e transparência.

Art. 5º O Cadastro Municipal de Obras deverá contemplar, ainda, o **tempo médio gasto em cada etapa** do ciclo de vida das obras, compreendendo, no mínimo:

I – concepção e elaboração de projetos;

II – licitação;

III – contratação;

IV – execução;

V – eventuais paralisações e retomadas.


§ 1º Os dados de tempo médio serão utilizados para identificação de gargalos, falhas recorrentes em projetos ou itens de execução e outros obstáculos que impactem o andamento regular das obras.

§ 2º A unidade responsável pela Engenharia/Obras poderá propor indicadores de gestão (por exemplo: tempo médio de licitação, de execução, percentual de obras paralisadas, percentual de obras concluídas no prazo), a serem consolidados e avaliados periodicamente pelo Controle Interno e pela Chefia do Poder Executivo.

CAPÍTULO III

DO CONTROLE DAS FONTES DE RECURSOS E CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS

Art. 6º Para cada obra financiada com recursos de convênios, financiamentos ou outros instrumentos firmados com entes externos (FNDE, União, Estado, bancos públicos etc.), deverá ser mantido **controle específico da fonte de recursos**, contendo, no mínimo:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ (41) 3110-1001

✉ prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

I – identificação do instrumento (nº do convênio/termo/contrato de financiamento);

II – valor total pactuado e contrapartida municipal;

III – cronograma de desembolso previsto;

IV – valores já repassados pelo concedente;

V – valores já pagos pelo Município;

VI – saldo a receber e saldo a pagar;

VII – situação da prestação de contas parcial e final.

Art. 7º Cada obra deverá possuir **cronograma físico-financeiro detalhado**, devidamente aprovado e arquivado no processo, contendo:

I – etapas ou serviços principais;

II – percentual de execução física esperado em cada período;

III – valor financeiro correspondente a cada etapa;

IV – prazo de execução e marcos de conclusão.

§ 1º O fiscal da obra deverá, mensalmente, confrontar o avanço físico com o cronograma físico-financeiro, registrando em relatório ou formulário próprio as eventuais divergências e justificativas.

§ 2º Em caso de atraso relevante, risco de paralisação ou efetiva paralisação, o fiscal deverá comunicar imediatamente a unidade gestora da obra, o Departamento de Contabilidade/Finanças (quando envolver fluxo de pagamentos) e o Controle Interno, para adoção das medidas cabíveis.

CAPÍTULO IV

DA COMUNICAÇÃO FORMAL ENTRE AS PARTES CONTRATUAIS

Art. 8º Fica instituído o **procedimento de comunicação formal** entre o Município e as empresas contratadas para execução de obras públicas, que deverá observar, no mínimo:


I – utilização obrigatória de meios formais de comunicação (ofícios, notificações, e-mails institucionais cadastrados no processo, publicações oficiais), com registro em protocolo ou sistema eletrônico de processos;

II – numeração sequencial dos documentos de comunicação relacionados à obra, de forma a permitir o acompanhamento cronológico;

III – registro de todas as comunicações relevantes (orientações técnicas, solicitações de correção, notificações de atraso, advertências, multas, ordens de paralisação, determinação de retomada, entre outros);

IV – guarda de comprovantes de recebimento (aviso de recebimento, confirmação de leitura eletrônica, recibos assinados, etc.).

Art. 9º As **notificações e sanções contratuais** (advertência, multa, suspensão, declaração de inidoneidade, rescisão, etc.) deverão:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ (41) 3110-1001

✉ prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

I – ser precedidas de instrução processual adequada, com parecer jurídico quando exigido ou recomendado;

II – ser formalizadas em documento específico, com descrição detalhada dos fatos, fundamentos legais e contratuais;

III – ser anexadas ao processo administrativo da obra e lançadas no Cadastro Municipal de Obras.

Art. 10. O Departamento Jurídico, quando demandado, orientará quanto à forma adequada de comunicação, instrução processual e formalização das sanções, devendo seus pareceres ser juntados ao processo da obra.

CAPÍTULO V

DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS EM CASO DE OBRAS PARALISADAS

Art. 11. Verificada a paralisação de obra ou o risco concreto de sua paralisação, o fiscal da obra deverá:

I – registrar a ocorrência em relatório ou formulário próprio (ou diário de obras), indicando data, situação constatada, motivo alegado pela empresa (quando houver) e eventuais impactos;

II – comunicar formalmente a unidade gestora da obra e a Engenharia/Obras, no prazo máximo de **15 (quinze)** dias;

III – encaminhar cópia da comunicação ao Controle Interno.

Art. 12. A unidade gestora da obra, em conjunto com a Engenharia/Obras deverá elaborar **Plano de Ação para Retomada da Obra**, contemplando, no mínimo:

I – diagnóstico da situação (motivos da paralisação, percentual de execução, saldos financeiros, pendências documentais, situação perante o concedente);


II – medidas administrativas propostas (ajustes de cronograma, aditamentos, reequilíbrio econômico-financeiro, substituição de materiais, realocação de equipes, entre outras);

III – eventual necessidade de rescisão contratual e nova licitação;

IV – eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais (cobranças, ações de ressarcimento, ações para garantir continuidade da obra etc.);

V – prazos para execução de cada medida, com indicação do setor responsável.

§ 1º O Plano de Ação para Retomada da Obra deverá ser assinado, no mínimo, pela unidade gestora da obra, pela Engenharia/Obras e pelo Departamento Jurídico.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ (41) 3110-1001

✉ prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

§ 2º Cópia do Plano de Ação deverá ser encaminhada ao Controle Interno, para fins de acompanhamento e registro como evidência de saneamento do Achado.

Art. 13. Todas as medidas administrativas e judiciais adotadas em relação às obras paralisadas deverão:

I – ser registradas no processo administrativo da obra;

II – constar do Cadastro Municipal de Obras, no campo específico de "Medidas Administrativas/Judiciais";

III – ser atualizadas sempre que houver evolução relevante (protocolo de ação judicial, decisão liminar, assinatura de termo aditivo, novo contrato, etc.).

CAPÍTULO VI

DO ACOMPANHAMENTO PELO CONTROLE INTERNO

Art. 14. Compete ao **Controle Interno do Município de Araruna**:

I – acompanhar o andamento das obras públicas por meio dos cronogramas físico-financeiros, do Cadastro Municipal de Obras e dos relatórios emitidos pelos fiscais;

II – analisar, com especial atenção, mediante informação financeira da secretaria de fazenda, da situação das obras financiadas com recursos de convênios e financiamentos (incluindo FNDE), contendo:

a) o estágio da execução física;

b) os repasses recebidos;

c) os valores pagos pelo Município;

d) os saldos pendentes e os prazos para prestação de contas;

III – verificar se as paralisações de obras foram formalmente registradas e se há Plano de Ação para Retomada devidamente elaborado e em execução;


IV – recomendar, quando necessário, a adoção de providências adicionais pelos gestores, inclusive junto ao Departamento Jurídico, à Engenharia/Obras e ao Prefeito Municipal;

V – elaborar relatórios periódicos consolidando a situação das obras em andamento e paralisadas, destacando riscos, falhas recorrentes e oportunidades de melhoria.

Art. 15. Os relatórios de acompanhamento das obras paralisadas elaborados pelo Controle Interno poderão ser utilizados para:

I – atendimento às recomendações e determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

II – instrução de prestações de contas anuais e especiais;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ (41) 3110-1001

✉ prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

III – suporte à tomada de decisão pela Chefia do Poder Executivo quanto à priorização de recursos e providências para retomada das obras.

CAPÍTULO VII

DOS PRAZOS DE IMPLEMENTAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As unidades envolvidas terão o prazo de **até 60 (sessenta) dias**, contados da publicação desta Instrução Normativa, para:

I – estruturar ou adaptar o Cadastro Municipal de Obras, com os campos mínimos estabelecidos no art. 4º;

II – identificar e registrar todas as obras atualmente paralisadas;

III – estruturar o controle das fontes de recursos e cronogramas físico-financeiros, nos termos dos arts. 6º e 7º.


Art. 17. Em **até 90 (noventa) dias**, contados da publicação desta Instrução Normativa, deverá ser elaborado e formalizado, para cada obra paralisada, o respectivo **Plano de Ação para Retomada**, na forma do art. 12.

Art. 18. A inobservância injustificada das rotinas e responsabilidades estabelecidas nesta Instrução Normativa poderá ensejar comunicação ao Prefeito Municipal e ao Controle Interno para adoção das medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo de responsabilização nas esferas próprias.


Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito Municipal, ouvido, quando necessário, o Controle Interno e o Departamento Jurídico.

Art. 20. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.


Araruna, 25 de novembro de 2025.


Elaine Ricci Zawadzki
Controladora Interna

DEPARTAMENTO DOS SINTOS



Gustavo França dos Santos
Prefeito de Araruna



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

☎ (41) 3110-1001

✉ prefeitura@araruna.pr.gov.br

🌐 www.araruna.pr.gov.br

ATO DE REVOGAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 39/2025 – ACS (ÁREA RURAL)

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARUNA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.233/2006, na Lei Federal nº 11.350/2006, e no Edital do Concurso Público nº 001/2024,

RESOLVE:

Revogar, por motivo de interesse público e adequação às normas legais e editalícias, a convocação das candidatas GISLAINE CÂNDIDA TACHINSKI e CÁSSIA DA SILVA DE OLIVEIRA, realizadas por meio do Edital de Convocação nº 39/2025, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Área Rural.


A revogação decorre da inexistência de vagas disponíveis nas áreas rurais previstas no edital do certame, bem como da impossibilidade de nomeação de candidatas para áreas não contempladas no Anexo VI – Áreas de Atuação do Edital nº 001/2024 do Concurso Público.

A presente medida observa o princípio da autotutela administrativa, nos termos das Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, visto que a convocação não gerou direito adquirido à nomeação e não atende aos requisitos legais para provimento do cargo.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Araruna, 25 de Novembro de 2025.


Gustavo França dos Santos
Prefeito



Instrução Normativa 001/2025

“Estabelece normas e procedimentos para com o intuito de normalizar, disciplinar e uniformizar os procedimentos para o envio de informações ao SIM-AM: módulo de obras públicas”.

A Unidade Central de Controle Interno, no USO das atribuições conferidas pelo artigo 6º inciso I, da Lei nº 1.344/2007, de 20 de dezembro de 2007; e

Considerando as normativas elaboradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em especial o contido no manual de obras públicas, como também na cartilha de obras paralisadas e seu respectivo fluxograma2;

Considerando a necessidade de atender o contido no Acórdão nº 2763/2022 TP, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que homologou as recomendações contidas no relatório de Auditoria do PAF 2023, relativo às obras paralisadas;

RESOLVE

1. Baixar Instrução Normativa com o intuito de normalizar, disciplinar e uniformizar os procedimentos para o envio de informações ao SIM-AM: módulo de obras públicas. Tal ação será realizada pela Secretaria Municipal de Planejamento, em vinculação com a Atoteca, que está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração.

2. DA CONCEITUAÇÃO

2.1 SIM-AM: Com o objetivo de agilizar o processo de preparação e sistematização na coleta de informações necessárias para o exercício do controle externo na esfera municipal, o Tribunal de Contas, por meio do Sistema de Informações Municipais - SIM, efetua a análise das contas públicas municipais por maior eficiência. Todas estas informações, compõe a Prestação de Contas Anual do exercício financeiro correspondente, subsidiando a análise dos demais sistemas de controle externo implementados pelo Tribunal de Contas. O SIM se configura como um amplo instrumento de planejamento para a realização de programas de auditorias. A implementação do Sistema incentiva as administrações municipais a exercerem suas atividades de forma racional, ordenada, honesta, equilibrada e regular, sob os princípios da legalidade, legitimidade e publicidade na administração, constituindo-se também em um eficiente mecanismo auxiliar às atividades de Controle Interno.

2.2 Módulo de Obras Públicas: Este módulo do SIM-AM está estruturado para cadastrar as obras e serviços de engenharia realizados pelas Entidades Municipais do Estado do Paraná e para acompanhar de forma remota a situação física, a regularidade técnica e fiscal e os atos administrativos relacionados aos mesmos.

2.3 Atoteca: A Atoteca é uma iniciativa que visa reunir e disponibilizar leis, decretos, portarias, estatutos, editais, resoluções e outros documentos relacionados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e seus jurisdicionados. Essa ferramenta compartilhada permite fácil acesso e consulta rápida, promovendo o controle social sobre gastos e políticas públicas. O acervo, que está disponível para consulta pública, está organizado em três bases: Legislação, Atos Administrativos e Documentos, com módulos de Cadastro e

5.1 Com o propósito de gerenciar os principais eventos relacionados ao módulo de obras públicas, foi elaborado um modelo de planilha, denominada "Controle de Medições", em formato XIS. A estrutura da planilha abrange colunas que capturam informações cruciais para o acompanhamento do processo, proporcionando assim, uma organização eficaz das intervenções realizadas. As principais categorias de informações contidas na planilha são:

I. Coluna 1 : N^o da intervenção (observando a ordem numérica crescente);

II. Coluna 2: Nome do fiscal de execução;

III. Coluna 3: Descrição resumida do objeto;

IV. As colunas subsequentes são organizadas por mês/ano, onde são detalhadamente registradas as datas de início de obra, medições efetuadas e eventuais paralisações, quando aplicável. Essa estrutura temporal possibilita um acompanhamento cronológico que facilita a análise de desempenho e identificação de padrões ao longo do tempo.

5.2 foi elaborado um modelo de planilha, intitulada "Medições Lei Atos", no formato XIS, com o propósito de registrar e estruturar todas as intervenções realizadas nas obras públicas. A criação desta planilha é crucial para assegurar a adequada vinculação dos dados das obras públicas com a Atoteca, como também, a correta transmissão das informações SIM-AM.

5.3 - Adicionalmente é importante destacar que a planilha "Medições Lei Ato" contempla uma categorização específica para os tipos de documentos, representados pelos códigos 104, 105, 106, 107, 108, 109 e 110. Cada código está associado a um escopo determinado, proporcionando uma classificação precisa das intervenções nas obras públicas. Os escopos correspondentes são 38, 38, 38, 65, 40, 39 e 66, respectivamente:

I. Código 104: Tipo de Documento "Orçamento Base", associado ao Escopo 38;

II. Código 105: Tipo de Documento "Orçamento da Contratada", associado ao Escopo 38;

III. Código 106: Tipo de Documento "Aditivo", associado ao Escopo 38;

IV. Código 107: Tipo de Documento "Paralisação", associado ao Escopo 65;

V. Código 108: Tipo de Documento "Termo de Recebimento", associado ao Escopo 40;

VI. Código 109: Tipo de Documento "Medição", associado ao Escopo 39;

VII. Código 110: Tipo de Documento "Just. Canc. ou cadastro indevido de intervenção", associado ao Escopo 66.

5.4 - O envio das informações contidas na planilha, bem como, dos documentos a que se refere, ocorrerá por meio de memorandos digitais, os quais serão enviados ao departamento responsável pela vinculação dos dados das obras com a Atoteca. Este processo visa assegurar a integridade e rastreabilidade das informações relacionadas às intervenções nas obras públicas.

5.5 A responsabilidade pelo envio de um relatório mensal ao responsável pelo módulo de obras públicas, contendo as informações referentes aos aditivos assinados no período do mês anterior, recai sobre a Secretaria Municipal de Obras - Departamento de Compras. Este relatório, com o intuito de manter a transparência e atualização dos registros, deve ser encaminhado até o dia 15 de cada mês, salvo em situações imprevisíveis que possam justificar um eventual atraso.

6. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PUBLICAS

I - Responsável (servidor que elaborou o orçamento do aditivo contratual);

II - Categoria (planilha orçamentária aditivo);

III - Número/ano (conforme numeração citada no item 5.2 - IV);

VI - Data (concernente à data de assinatura do aditivo); VII - Valor;

VIII - Tipo orçamento (contrato);

IX - Tipo (contrato ou ata de registro de preços); X - Número/ano do contrato; XI - Número/ano do aditivo.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A presente Instrução Normativa não conflita ou revoga o estabelecido em normas específicas.

8.2 A presente Instrução Normativa poderá ser objeto de alteração, atualização ou expansão sempre que for identificada a necessidade de aprimoramento dos controles e do fluxo dos processos.

8.3 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Araruna, Estado do Paraná, em 10 de julho de 2024.

Elaine Rios Zawadzky
Controladora Interna

Pesquisa. No módulo Cadastro, os jurisdicionados podem incluir seus documentos, especificando tipo, número, data, ementa, assunto, dados de publicação e histórico, anexando arquivos. O módulo de Pesquisa oferece critérios como ano, tipo, emitente, número, ementa e assunto.

3. DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

3.1 O controle deste sistema consiste no registro individualizado das obras e serviços de engenharia com as seguintes informações elou documentação: 3.1.1 - Previamente devem estar cadastradas, em seus respectivos módulos: Licitação, Contrato, Ação (PPA, LDO, LOA), Bem e Empenho;

3.1.2 Anotações ou registros de responsabilidade técnica (ART ou RRT) quitadas, relativas a: projeto básico e/ou executivo (arquitetônico e complementares tais como estrutural, hidráulico, elétrico, etc.); orçamento que deu origem ao valor máximo da licitação; execução da obra; fiscalização.

3.2 Especificamente para o módulo de Obras Públicas, devendo ser inseridos na Atoteca os seguintes documentos, vinculados aos respectivos registros no SIM-AM:

3.2.1 Orçamento base (quando execução direta) ou orçamento do edital (quando execução indireta) em planilha em formato XIS ou xlsx editáveis com o programa Excel ou similar compatível, com acesso a fórmulas e dados numéricos;

3.2.2 Planilha orçamentária contratada;

3.2.3 Medição contendo relatório fotográfico, com data (formato pdf);

3.2.4 Termo de recebimento provisório/definitivo (formato pdf);

3.2.5 Termo de paralisação de obras, contendo o motivo causador, se for o caso (formato pdf).

- Ressalta-se que todos os documentos devem estar datados e assinados pelo responsável técnico pela fiscalização da obra, que deve ser profissional habilitado, com registro no CREA ou órgão regulador .

4. DOS PROCEDIMENTOS DE CADASTRAMENTO

4.1 Os procedimentos para envio das informações de obras públicas ao SIM-AM tendo início após a conclusão do processo licitatório. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Licitações deverá encaminhar ao responsável pelo módulo de obras públicas, os processos licitatórios finalizados, que tenham sido licitados com os elementos de despesa "4.4.90.39 serviços para reformas/ampliações/adaptações em imóveis" e "4.4.90.51 - obras e instalações", para serem cadastrados no sistema de informações do município - IPM.

4.2 Para o cadastramento da obra, deverão ser inseridas as seguintes informações no sistema IBM - Obras Públicas, ou outro que venha a substituí-lo: I - Cadastro: nº da obra (a contagem deverá seguir uma ordem sequencial, iniciando a numeração a partir de "01". Esta contagem será reiniciada no início de cada exercício), data de cadastramento, número da CNO (somente números);

II - Definição: tipo da obra (edificação, pavimentação, saneamento, parque ou praça, equipamento urbano ou iluminação pública), tipo de intervenção (execução, projeto ou outras atividades técnicas), classificação da intervenção (construção, ampliação, reforma ou outro), classificação da obra (abatedouro, barracão, creche, edifício administrativo, escola/colégio, hospital, posto de saúde, unidade habitacional, outros edifícios, malha viária

6.1 À fiscalização compete controlar toda a execução da obra, conforme previsto no contratual pactuado entre a Administração Pública e a empresa vencedora do certame. O fiscal, por conseguinte, deve se empenhar para assegurar o fiel cumprimento por parte do contratado e que as obras e serviços sejam executadas com qualidade e de acordo com a boa técnica.

6.2 Cita-se, em caráter resumido, as atribuições do fiscal, para que a fiscalização seja realizada com eficiência e de forma fidedigna:

I - Acompanhar a execução da obra, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

II - Acompanhar, in loco, a execução do objeto do contrato com visitas periódicas, bem como certificar e emitir atestados e pareceres;

III - Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

IV - Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados; V - Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contratado;

VI - Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos no cronograma previsto para a obra;

VII - Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não toram totalmente executados);

VIII - Glosar serviços rido executados;

IX - Liberar as faturas;

X - Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

XI - Representar e levar a conhecimento das autoridades situações irregulares; Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes; XII - Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados).

6.3 A fiscalização dos empreendimentos deve ser realizada com transparência e isonomia, observando-se os princípios explicitos na Constituição federal, aplicáveis nas questões aqui abordadas, que são: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, afim de garantir a supremacia do interesse público.

6.4 E incumbência dos servidores, responsáveis pela fiscalização das obras, a realização do acompanhamento regular das obras públicas. Mensalmente, devem enviar ao setor responsável pelas transmissões das informações do SIM-AM, relatórios ou boletins de medições, acompanhados por um relatório fotográfico que contenha, no mínimo, quatro fotos evidenciando a evolução do objeto licitado e o resumo do acompanhamento da obra

I - Esses documentos devem ser encaminhados imediatamente após a sua emissão, respeitando o prazo limite até o dia 15 do mês subsequente ao que se refere o documento, a menos que circunstâncias imprevisíveis justifiquem eventual atraso.

II - A forma de envio destes documentos pode ser por memorando, e-mail ou WhatsApp, proporcionando flexibilidade aos servidores no processo de comunicação.

III - No caso de necessidade de paralisação de urna obra, é imprescindível apresentar a ordem de paralisação014 encaminhada à empresa contratada (quando cabível),

ANEXO I - MODELO PLANILHA - CONTROLE DE MEDIÇÕES				
CONTROLE DE MEDIÇÕES			ANO/MÊS	
Nº INTERVENÇÃO	FISCAL	DESCRIÇÃO DO OBJETO		

urbana, estrada municipal, estrada rural, obra de arte especial, abastecimento de água, aterro sanitário, canalização de rio, cemitério, drenagem, esgoto, tundo de vale, galeria pluvial, outras obras de saneamento, parque ou praça, abrigo de ônibus, outros equipamentos urbanos ou iluminação pública), regime (direto, indireto ou misto), subassunto (aquis. de mat. p/ almoxarifado/manutenção, aquis. de mat. p/ central de produção, projeto, fiscalização, consultoria, edificação, pavimentação, meio fio, galeria de águas pluviais, ponte/viaduto/trincheiras ou outros) e valor do contrato;

III - Execução: período (inicial e final previsto), quantidade de dias e execução (pela unidade ou por terceiros);

IV - Descrição: Descrição (resumo da descrição do objeto) e descrição detalhada do objeto);

V - Unidade de medida: unidade (hora, hectare, quilograma, quilômetro, metro, metro quadrado, metro cúbico ou tonelada) e quantidade;

VI - Outras informações: órgão (02 poder executivo) e unidade (secretaria responsável pelo objeto);

VII - Endereço: Logradouro, nº, complemento e bairro.

4.3 Após a finalização do registro da obra, as informações cadastradas devem ser encaminhadas ao departamento de contabilidade e ao departamento de patrimônio, por meio de comunicação interna, (memorando) ou por meio de comunicação informal (e-mail ou aplicativo de Whatsapp), a fim de proceder com o empenho global das obras e com o registro do número de bem patrimonial, respectivamente.

4.4 Seguindo as formalidades, devendo ser inseridos em uma pasta de arquivo física os seguintes documentos:

I - Cópia da requisição de compra;

II - Cópia da planilha do orçamento base;

III - Cópia da planilha orçamentária da contratada;

IV - Cópia da ART de orçamento quitada;

V - Cópia da ART de fiscalização quitada;

VI - Cópia da ART de execução quitada;

VII - Cópia do Contrato;

VIII - Cópia da Ordem de Serviços.

4.5 - Na referida pasta, serão igualmente incluídos documentos de controle, medições, aditivos, termos de paralisação (se aplicável), termo de recebimento provisório/definitivo e outros documentos relevantes para a obra.

4.6 Para uma identificação precisa, é recomendável que as seguintes informações estejam presentes na capa da pasta de arquivo:

I - Descrição resumida do objeto;

II. Modalidade do processo (Tomada de Preço, Concorrência Pública ou Dispensa) e sua respectiva numeração; III - Número do cadastro de obra;

5. DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

juntamente com o termo de paralisação que contenha as devidas justificativas. O prazo para entrega desses documentos deve ser respeitado na mesma forma do item "I". IV - Na eventualidade de não ser possível emitir um boletim de medição, o fiscal da obra deve, além de tomar as providências que lhe cabem na qualidade de fiscal, comunicar o responsável pela prestação de contas do módulo de obras públicas do SIM-AM até o final do mês da ocorrência, sendo que essa comunicação deve incluir as justificativas para a impossibilidade de emissão do boletim.

7. DOS PROCEDIMENTOS DE ENVIO DAS INFORMAÇÕES

7.1 Ao responsável pela prestação de contas do módulo de obras, incumbe a responsabilidade de realizar o envio e processamento das informações. Estando o mês aberto para processamento, este procedimento deve ocorrer, preferencialmente, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento de todos os documentos provenientes do departamento de engenharia. Ressalta-se que esses documentos englobam rido apenas os relatórios ou boletins de medições, mas também os referentes ao número da lei/ato associado à intervenção cadastrada na Atoteca.

7.2 Para a prestação de contas, devendo ser inseridas as seguintes informações no sistema Elotech Gestão Pública - Obras Públicas:

7.2.1 - Acompanhamento:

7.2.1.1 - Geral:

I. Data do acompanhamento;

II. Tipo (medição, paralisação, conclusão, cancelamento ou cadastro indevido);

III - Responsável (servidor responsável pela fiscalização da obra); IV. Observação (identificar o documento a que se refere o acompanhamento, bem como, informações complementares que sejam pertinentes);

7.2.1.2 - Documentos:

I. Categoria (Justific. Canc. ou cadastro indevido de intervenção, medição, termo de paralisação, termo de recebimento definitivo ou outro documento cabível);

II - Texto Jurídico (conforme numeração citada no item 5.2 - IV)

7.2.2 - Orçamento:

7.2.2.1 - Orçamento Base (a ser inserido quando do cadastramento da obra no sistema

I - Responsável (servidor que elaborou o orçamento do objeto);

II - Categoria (orçamento base ou edital);

III - Número/ano (conforme numeração citada no item 5.2 - IV);

IV - Data (concernente ao registro da obra no sistema IPM);

V - Valor;

VI - Tipo orçamento (base).

7.2.2.2 - Orçamento da contratada (a ser inserido quando do cadastramento da obra no sistema IBM)

I - Responsável (profissional que elaborou o orçamento da proposta vencedora);

II - Categoria (planilha orçamentária contratada);

III - Número/ano (conforme numeração citada no item 5.2 - IV);

IV - Data (concernente ao registro da obra no sistema IPM);

V - Valor;

VI - Tipo orçamento (contrato);

VII- Tipo (contrato ou ata de registro de preços); VIII - Número/ano do contrato.

7.2.2.3 - Aditivo (quando houver):

ANEXO II - RESUMO ACOMPANHAMENTO DA OBRA									
RESUMO ACOMPANHAMENTO DA OBRA									
MODALIDADE DO OBJETO:									
DESCRIÇÃO DO OBJETO:									
Contratante ou Órgão Repassador dos recursos financeiros:									
Data de assinatura:									
Número do Contrato:									
Ordem de Serviço:									
Prazo de Entrega:									
Promoção caso houver									
1ª	Prazo		Data:		Valor Final:				
2ª	Prazo		Data:		Valor Final:				
3ª	Prazo		Data:		Valor Final:				
4ª	Prazo		Data:		Valor Final:				
ART FISCALIZAÇÃO Nº									
ART EXECUÇÃO Nº									
Valor do Contrato:									
Aditivo caso houver									
1ª	R\$		Data:		Valor Final:				
2ª	R\$		Data:		Valor Final:				
3ª	R\$		Data:		Valor Final:				
4ª	R\$		Data:		Valor Final:				
DADOS COMPLEMENTARES									
1ª Medição	2ª Medição	3ª Medição	4ª Medição	Assinaturas:					
PERÍODO	Data Inicial	Data Final	Data Inicial	Data Final					

				Complemento:			
Data Final		Data Final		Data Final		Barrio:	
						CNPJ:	
Valor R\$				Nome do Registro de Imóveis:		Matrícula nº	
Atividade R\$				Dependências da Obra:			
Acumulado				Matrícula CNO:			
Porcentagem				Matrícula CNO:			
Acumulado							
Acumulado							
Data de Medição:							
Empresa Contratada:							
CNPJ:							
Responsáveis Técnicos:							
Telefones para Contatos:							
						Coordenadas Geográficas	
						G.M.S.	
						SUL	
						OESTE	

ANEXO III - ORDEM DE PARALISAÇÃO			
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA		ORDEN DE PARALISAÇÃO	
		Nº _____	20_____
DESCRIÇÃO DO OBJETO:			
CONTRATADA:			
CONTRATO			
Nº _____	PRAZO DE EXECUÇÃO: _____	DATA DE INÍCIO	DATA DE TÉRMINO
VALOR DO CONTRATO:		_____	_____
PROCESSO LICITATÓRIO Nº _____		TOMADA DE PREÇOS Nº _____	
FISCAL DE EXECUÇÃO		FISCAL DE CONTRATO	
TITULAR:		TITULAR:	
A Secretária Municipal de _____, neste ato representada pelo (a) Secretário(a) Sr (a) _____, no uso de suas atribuições legais, resolve determinar que a Contratada supracitada, paralise os serviços, objeto do Contrato nº _____, a partir de _____ de 20_____, ou na data de recebimento pela contratada desta ordem. Os motivos da paralisação dos serviços são: _____.			
O prazo de paralisação será de _____ (por extenso) meses ou até determinação em contrário. Fica o cronograma de execução prorrogado automaticamente por igual período, nos moldes da legislação vigente.			
Araruna-Pr., _____ de _____ de 20_____.			
SECRETÁRIO(A)			
FISCAL DE EXECUÇÃO			
FISCAL DE CONTRATO			

ANEXO IV - TERMO DE PARALISAÇÃO (SIM-AM)	
MUNICÍPIO DE ARARUNA ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA	
OBJETO LICITADO: CONTRATO Nº _____ MODALIDADE: CONTRATDA: VALOR CONTRATADO:	
A Secretaria de Planejamento, através do responsável pela fiscalização da obra, vem informar ao responsável pelo Módulo de Obras do SIM-AM deste município, com objetivo de atender as demandas de preenchimento das informações necessárias do referido sistema, que a obra supracitada encontra-se paralisaada. Apresentar as Justificativas	
Para tanto, faz-se necessário informar a paralisação da obra, até que (apresentar as condições para retomada da obra).	
Araruna-Pr., _____ de _____ de _____.	
(nome) Eng. Civil - CREA _____ FISCAL DA OBRA	



PORTARIA Nº. 740/2025

O Prefeito Municipal de Araruna, Estado do Paraná, Gustavo França dos Santos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - ATRIBUIR à servidora FRANCIELI CHRISTINA ROSSI BRAGA, admitida em 14/03/2008, no cargo de Professora, matrícula sob nº 42940, adicional de 100% (cem por cento) de seu vencimento base, correspondente a complementação temporária de 20 (vinte) horas semanais de trabalho, conforme dispõe a Lei Municipal 1.540/2010, no período de 19/11/2025 à 02/12/2025.

Parágrafo único. A gratificação do caput, tem cunho eventual, esporádico e temporário, não se incorporando aos vencimentos do(a) servidor(a), não gerando estabilidade ou direito a sua conversão em cargo efetivo, nem sobre ele incidirá vantagens acessórias, com fundamento no § 3º do art. 23 da Lei 1.540/2010.

Art. 02º - Esta Portaria entra em vigor na data de 19/11/2025, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Papo Municipal Evangelista Dal Santos.
Araruna, 26 de Novembro de 2025.

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
1681924

Gustavo França dos Santos
Prefeito Municipal



PORTARIA Nº. 741/2025

O Prefeito Municipal de Araruna, Estado do Paraná, Gustavo França dos Santos, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o contido na Lei Municipal nº 1.233/2006 que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Araruna, bem como suas alterações; Considerando a Lei nº. 1467/2008 que Institui o plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Araruna, bem como suas alterações;

Considerando a Lei nº. 1230/2006 que Dispõe a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Araruna, bem como suas alterações e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1º. - CONCEDER ao (a) servidor (a) MARCIO JOSE DOS ANJOS BIZAO, matrícula: 79945, suas férias regulamentares pelo prazo de 20 (vinte) dias, a partir de 24/11/2025, período aquisitivo 2025/2025; após o cumprimento, deverá retornar a sua função de origem.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Papo Municipal Prefeito Evangelista Dal Santos
Araruna, 26 de Novembro de 2025.

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
1924

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
Prefeito



DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº 191/2025
Edital do Pregão Eletrônico nº 070/2025

RECORRENTE: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA.

RECORRENTE: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

RECORRIDA: O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA.

EMENTA DA DECISÃO: Recurso interposto, face à taxa apresentada pela empresa O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 070/2025**, cujo objeto é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão de cartão eletrônico, magnético, com chip para implantação do Programa “Cartão Educação”, destinado à concessão de um cartão “Auxílio Escolar” para aquisição de materiais escolares pelos alunos da rede municipal de ensino do Município de Araruna/Pr.

Recursos recebidos. Gência às interessadas e aos demais licitantes.

1. DAS FORMALIDADES LEGAIS

2.1. Cumpridas as formalidades legais, registra-se que qualquer interessado pode ter ciência da existência e trâmite do Recurso administrativo interposto, por estar disponível na plataforma e no Portal da Transparência.
2.2. Consta-se que houve apresentação de impugnação ao recurso, apresentada pela empresa O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA.

2. DECISÃO PRELIMINAR:

A Pregocira do Município de Araruna-Pr, diante das razões, DECIDE:

3.1. Conhecer do recurso interposto, pela licitante, para no mérito, **negar-lhe provimento**.

3. DOS FATOS APRESENTADOS



O Recurso Administrativo foi formulado pela MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, inconformada com a decisão que proclamou a O2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA como vencedora do Pregão Eletrônico nº 70/2025. A insatisfação da MEGA VALE, manifesta-se primordialmente na alegação de inexequibilidade da proposta apresentada pela O2 PLUS CARD, a qual previu uma taxa de administração negativa. Sustenta a recorrente que tal oferta seria incompatível com a realidade mercadológica, configurando risco de prejuízo à Administração Pública. Adicionalmente, levanta a questão da suposta ausência de apresentação de garantia de contratação na fase de habilitação.

A Administração Municipal, ao validar a proposta com taxa negativa, pautou-se no entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), notadamente no Prejulgado 34. Este posicionamento, ao reputar regular a aceitação de taxas administrativas negativas para a oferta de vale-alimentação, oferece um parâmetro analógico aplicável ao objeto licitado, que envolve a concessão de benefício pecuniário com finalidade semelhante.

Conforme as informações colhidas, a licitante vencedora, O2 PLUS CARD, atendeu à solicitação de declaração de exequibilidade, e a Administração Municipal considerou a proposta como a mais vantajosa, em consonância com os princípios da economicidade e da vantajosidade, observando estritamente os critérios objetivos definidos no edital. Embora a MEGA VALE tenha detalhado suas razões recursais, estas não foram, segundo a Administração, suficientes para comprovar a inviabilidade da proposta da O2 PLUS CARD.

No tocante à alegada ausência de garantia de contratação, a argumentação da LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA parece carecer de fundamento, uma vez que a garantia da execução deve ser apresentada após adjudicação e antes da assinatura do contrato, pois se refere à fase de execução contratual, e não à habilitação. A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 58, de fato, permite a exigência de garantia de proposta como requisito pré-habilitação, porém o edital pediu a garantia da execução prevista no artigo 9º da mesma lei, que deve ser apresentada para fins de assinatura do contrato e não na habilitação. A norma não impõe sua apresentação como condição de habilitação.

A análise da exequibilidade de propostas que incluem taxas negativas, embora possa suscitar debates, encontra amparo na jurisprudência administrativa (TCE-PR Prejulgado 34). Tal acatização é viável para o município, demonstrando ser vantajosa para a Administração uma vez que a licitante comprovou sua aptidão para cumprir o objeto contratual alegando fontes de receita acessórias, como o "float" bancário, podem, justificando a oferta de uma taxa de administração negativa. O artigo 11 da Lei nº 14.133/2021 estabelece como objetivo a seleção da proposta mais vantajosa e a prevenção de preços inexequíveis. Todavia, a presunção de inexequibilidade é relativa e deve ser afastada quando a licitante demonstra concretamente sua capacidade de execução.

4- DO MÉRITO



Primeiramente salientamos que essa administração sempre primou por uma disputa justa entre os interessados, com a estrita observância aos princípios norteadores da administração pública, conforme prevê, o artigo 5º da lei de licitações.

Quanto ao mérito suscitado, cabe esclarecer que a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 11, preconiza como objetivo primordial do processo licitatório a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, aliada à necessária prevenção de preços inexequíveis.

No cenário em questão, em que para a prestação de serviços, objeto licitado, a O2 PLUS CARD ofertou taxa de administração negativa deve ser interpretada como uma estratégia voltada à maximização da vantagem econômica para o Município. A Administração, ao demandar a declaração de exequibilidade da proposta, procedeu em consonância com o artigo 59, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a aferição da viabilidade das ofertas.

A alegação de inexequibilidade formulada pela MEGA VALE, conforme as informações disponíveis, não se mostrou robusta o suficiente para demonstrar a inviabilidade da execução do contrato pela O2 PLUS CARD. Esta última, por sua vez, sustenta a exequibilidade de sua proposta com base em receitas acessórias inerentes ao segmento de cartões e pagamentos, como o "float" bancário, prática corrente no mercado. Cumpre ressaltar que a presunção de inexequibilidade é relativa e demanda comprovação inequívoca por parte de quem a levanta, o que, neste caso, não parece ter sido efetivado.

Além disso, a decisão inicial do certame de acolher a proposta com taxa negativa, se encontra alicerçada no Prejulgado 34 do TCE-PR, reflete uma análise criteriosa da compatibilidade com os princípios da economicidade e da vantajosidade, buscando, ademais, a convergência com entendimentos de órgãos de controle com aplicação analógica do precedente do TCE-PR que confere razoabilidade à conduta adotada.

No que concerne à garantia de contratação, o artigo 9º da Lei nº 14.133/2021 se refere a garantia da execução, que deve ser solicitada apenas do licitante vencedor, não sendo requisito de pré-habilitação, pois tal garantia se refere à fase contratual e não à habilitação. A garantia de execução prevista no art. 9º da Lei 14.133/2021 NÃO é exigida na fase de habilitação, pois o entendimento dos tribunais e também da lei 14.133/2021, só deve ser apresentada ANTES a adjudicação e antes da assinatura do contrato, pois possui natureza de garantia de execução contratual, razão pela qual somente pode ser exigida do licitante vencedor, como condição para assinatura do contrato, e não na fase de habilitação. Exigir garantia antes da contratação violaria o princípio da competitividade e ampliaria custos desnecessariamente para todos os licitantes.

Ante ao exposto, a proposta da O2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA, caracterizada pela taxa de administração negativa, revela-se exequível e vantajosa ao Município de Araruna, especialmente diante das fontes de receita acessórias da empresa vencedora e da aplicação analógica do Prejulgado 34 do TCE-PR. A decisão administrativa, ao acolher a proposta com base na economicidade e vantajosidade, alinha-se aos ditames da Lei nº 14.133/2021. Quanto à garantia de contratação, a interpretação de que se refere à fase contratual, conforme previsto no edital, afasta a alegação de ausência na habilitação.



CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e, em observância aos Princípios Basileares da Licitação, e à legislação complementar, esta Pregocira decide pelo INDEFERIMENTO do Recurso Administrativo interposto, mantendo a classificação inicial do certame.

Romilda Ap. Colli dos Santos
Pregocira



LICITAÇÃO MODALIDADE: Inexigibilidade: 22/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 99/2025

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Face ao constante destes autos de procedimento licitatório acima citado do tipo menor preço Unitário, e expirado o prazo recursal, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no inc. VII do art. 17 da lei 14.133/2021.

Assim, adjudico o objeto do Pregão conforme segue:

FORNECEDOR: HUMANIZAR CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA - CNPJ: 55.663.438/0001-41

Ordem	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA	SV	7,6333	R\$ 4.275,87	R\$ 32.639,00

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços nas áreas de Fisioterapia, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Araruna-Pr.

Araruna, 26 de novembro de 2025.

Gustavo França dos Santos
PREFEITO

LICITAÇÃO MODALIDADE: Inexigibilidade: 21/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 97/2025

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Face ao constante destes autos de procedimento licitatório acima citado do tipo menor preço Unitário, e expirado o prazo recursal, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no inc. VII do art. 17 da lei 14.133/2021.

Assim, adjudico o objeto do Pregão conforme segue:

FORNECEDOR: ALESSANDRO CELESTINO DE SOUZA

CNPJ: 49.408.151/0001/72

Valor Total: 119.977,48 (cento e dezenove mil e novecentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos)

FORNECEDOR: JOÃO LUIZ FERREIRA

CNPJ: 63.228.933/0001-50

Valor Total: 119.977,48 (cento e dezenove mil e novecentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos)

OBJETO: Credenciamento de microempreendedores individuais com sede no Município de Araruna, para a prestação de serviços de Pedreiro para realizar manutenções em prédios e espaços públicos do município de Araruna-PR, nos termos da Lei Municipal nº 10/2025.

Araruna, 26 de Novembro de 2025.

Gustavo França dos Santos
PREFEITO

LICITAÇÃO MODALIDADE: Inexigibilidade: 19/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 86/2025

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Face ao constante destes autos de procedimento licitatório acima citado do tipo menor preço Unitário, e expirado o prazo recursal, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no inc. VII do art. 17 da lei 14.133/2021.

Assim, adjudico o objeto do Pregão conforme segue:

FORNECEDOR: EDENILSON CARNIATO

CNPJ: 51.291.032/0001-24

Valor Total: R\$. 94.400,00 (noventa e quatro mil e quatrocentos reais).

OBJETO: Contração de empresa para prestação de serviços de pintura em prédios e espaços públicos do município de Araruna-PR.

Araruna, 26 de Novembro de 2025.

Gustavo França dos Santos
PREFEITO



AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006,
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 2.308/2023 E Nº 2.312/2023

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 76/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2025

A Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, no exercício das atribuições que lhe confere a portaria 643-2025, torna público para quem possa interessar que fará realizar Reunião para recebimento de propostas de preço e documentação de habilitação, conforme especificado no Edital Modalidade Pregão Eletrônico:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA eventual e futura: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PINTURA, com a finalidade de atender às demandas das secretarias e departamentos deste Município, conforme condições, quantidades, exigências e especificações estabelecidas no estudo técnico preliminar e no Anexo I – Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço / Por Item/ Lote

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 13:15 do dia 10 de dezembro de 2025.

ENCERRAMENTO: às 13:30 do dia 10 de dezembro de 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

- A íntegra do edital, bem como anexos e proposta eletrônica, encontram - se disponíveis para download no site: www.araruna.pr.gov.br.

Araruna - PR, 26 de novembro de 2025

Romilda A. Colli dos Santos
Pregoeira

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 050/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 213/2025

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Face ao constante destes autos de procedimento licitatório acima citado, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no art. 74, inciso VII, da Lei 14.133/21.

Assim, adjudico o objeto da Licitação conforme segue:

Forneecedor: RAFAEL INELSI FABRIS

CNPJ: 21.617.120/0001-02

Valor: R\$. 80.000,00 (oitenta mil reais)

Forneecedor: DULCE MELANIA BERTUCI GOMEZ

CNPJ: 50.607.611/0001-70

Valor: R\$. 80.000,00 (oitenta mil reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS METALÚRGICOS DIVERSOS, CONFORME CHAMAMENTO PÚBLICO 008/2025 SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE GRADES, FERRAMENTAS, FECHAMENTOS, BOCA DE LOBO, CALHA E RUFOS, GRADE CHAPA XADREZ, TELHA DE ALUZINCO/TESOURA, PÉ DIREITO, SERVIÇOS DE TORNO, OXIGENIO, SOLDA ELETRICA, SOLDA MIG.

Araruna, 26 de Novembro de 2025.

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO MODALIDADE: Inexigibilidade: 20/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 96/2025

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Face ao constante destes autos de procedimento licitatório acima citado do tipo menor preço Unitário, e expirado o prazo recursal, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no inc. VII do art. 17 da lei 14.133/2021.

Assim, adjudico o objeto do Pregão conforme segue:

FORNECEDOR: TIAGO HENRIQUE DA SILVA CAMPOS

CNPJ: 61.897.464/0001-37

Valor Total: R\$. 80.000,00 (oitenta mil reais).

OBJETO: Prestação de serviços de Lavagem de veículos e maquinários pertencente a frota do município de Araruna

Araruna, 26/11/2025.

Gustavo França dos Santos
PREFEITO



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	86.000.000,00	119.376.439,25	14.958.041,93	12,53	74.576.188,17	62,47
RECEITAS CORRENTES	85.793.417,48	100.402.257,56	14.147.454,69	14,09	69.424.262,57	69,15
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.847.702,30	15.655.304,41	1.708.439,25	10,91	9.127.722,70	58,30
Impostos	10.061.989,14	11.669.591,25	1.387.689,82	11,89	6.639.247,43	56,89
Taxas	2.836.971,16	3.036.971,16	305.825,89	10,07	2.374.044,58	78,17
Contribuição de Melhoria	948.742,00	948.742,00	14.918,54	1,57	114.430,69	12,06
CONTRIBUIÇÕES	1.747.526,45	2.902.526,45	246.646,85	8,50	1.420.567,26	48,94
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.747.526,45	2.902.526,45	246.646,85	8,50	1.420.567,26	48,94
RECEITA PATRIMONIAL	632.691,68	633.163,93	306.089,10	48,34	1.280.272,72	202,20
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	632.691,68	633.163,93	302.208,90	47,73	1.253.400,85	197,96
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	456.448,68	456.448,68	700,48	0,15	49.747,18	10,90
RECEITA DE SERVIÇOS	18.315,00	18.315,00	0,00	0,00	50,00	0,27
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	43.550,05	14,52
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	138.133,68	138.133,68	700,48	0,51	6.147,13	4,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	69.078.853,51	80.724.599,23	11.885.574,88	14,72	57.294.187,26	70,97
Transferências da União e de suas Entidades	33.615.625,14	41.667.339,81	7.090.032,51	17,02	31.391.937,70	75,34
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	24.604.728,37	26.236.759,42	3.092.541,47	11,79	16.788.423,07	63,99
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	12.820.500,00	12.820.500,00	1.703.000,90	13,28	9.113.826,49	71,09
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.194,86	30.214,86	4,13	0,01	251.765,45	833,25
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.229,48	3.229,48	4,13	0,13	196,93	6,10
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	25.683,33	25.703,33	0,00	0,00	251.568,52	978,74
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	1.282,05	1.282,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	206.582,52	18.974.181,69	810.587,24	4,27	5.151.925,60	27,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	3.347.148,97	41.877,20	1,25	1.658.655,44	49,55
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	3.347.148,97	41.877,20	1,25	1.658.655,44	49,55
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEIÇÃO DE BENS	183.150,00	183.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	61.050,00	61.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	122.100,00	122.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	23.432,52	15.443.882,72	768.710,04	4,98	3.493.270,16	22,62
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.221,00	4.154.563,21	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	22.211,52	11.289.319,51	768.710,04	6,81	3.493.270,16	30,94
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

www.elotech.com.br

Continuação Página: 1



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	86.000.000,00	119.376.439,25	14.958.041,93	12,53	74.576.188,17	62,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	86.000.000,00	119.376.439,25	14.958.041,93	12,53	74.576.188,17	62,47
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	86.000.000,00	119.376.439,25	14.958.041,93	12,53	74.576.188,17	62,47
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	5.567.468,55	-	-	5.567.468,55	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	5.567.468,55	-	-	5.567.468,55	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h)=(g-i)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERÍODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (i)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	81.800.000,00	120.743.907,80	17.144.286,55	77.598.338,45	43.145.569,35	17.720.098,70	68.950.667,53	51.793.240,27	63.092.085,34
DESPESAS CORRENTES	76.870.290,02	88.182.421,25	14.092.428,23	61.721.246,92	26.461.174,33	14.880.728,47	59.226.140,50	26.956.280,75	54.538.265,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.207.446,27	46.304.312,83	6.564.717,00	30.688.458,67	15.652.100,26	6.577.311,77	30.688.458,66	15.657.854,17	28.206.361,41
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.333.336,00	1.916.123,73	329.588,37	1.853.128,25	62.995,48	336.116,01	1.539.184,61	379.942,27	1.539.184,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.329.307,75	39.825.984,69	7.598.122,86	29.179.906,10	10.746.078,59	7.567.300,69	27.018.500,38	12.907.484,31	24.792.233,04
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	27.329.307,75	39.825.984,69	7.598.122,86	29.179.906,10	10.746.078,59	7.567.300,69	27.018.500,38	12.907.484,31	24.792.233,04
DESPESAS DE CAPITAL	4.844.066,58	32.115.843,15	2.651.858,32	15.877.091,53	16.238.751,62	2.839.370,23	9.724.527,03	22.391.316,12	8.553.819,63
INVESTIMENTOS	2.534.066,58	29.628.430,74	2.390.894,28	14.236.205,05	16.238.225,69	2.367.575,54	7.927.681,52	21.840.749,22	6.616.974,12
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.950.000,00	2.487.412,41	260.964,04	2.450.886,48	36.525,93	471.994,39	1.936.845,51	550.566,90	1.936.845,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	445.643,40	445.643,40	0,00	0,00	445.643,40	0,00	0,00	445.643,40	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	81.800.000,00	120.743.907,80	17.144.286,55	77.598.338,45	43.145.569,35	17.720.098,70	68.950.667,53	51.793.240,27	63.092.085,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	81.800.000,00	120.743.907,80	17.144.286,55	77.598.338,45	43.145.569,35	17.720.098,70	68.950.667,53	51.793.240,27	63.092.085,34
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	0,00	-	-	5.625.520,64	-	11.844.102,83
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	81.800.000,00	120.743.907,80	17.144.286,55	77.598.338,45	-	-	17.720.098,70	74.576.188,17	-
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, emitido em 26/09/2025 às 14h e 54m.



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
PrefeitoMOACIR DE ALMEIDA BUENO
Controlador CRC- PR 067611/O-6ELAINE RICCI ZAWADZKI
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo
			No Período	Até o Período (b)		% (total/b)	No Período	
					(c) = (a-b)			(e) = (a-d)
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	81.800.000,00	120.743.907,80	17.144.286,55	77.598.338,45	100,00	43.145.569,35	17.720.098,70	68.950.667,53
ADMINISTRAÇÃO	12.333.872,45	12.167.615,47	1.524.494,70	8.293.147,84	10,69	3.747.467,63	1.821.751,41	8.058.629,86
Administração Geral	10.010.126,61	9.914.515,67	1.279.567,10	6.909.376,85	8,90	3.005.138,82	1.528.635,60	6.713.578,32
Administração Financeira	1.670.919,31	1.638.278,88	155.726,66	1.007.064,28	1,30	63.124,60	95.866,71	972.346,79
Centrais de Custos	333.970,42	321.977,42	37.600,27	218.444,77	0,28	41.441,77	22.834,99	66.932,62
Alimentação e Nutrição	0,00	50.000,00	0,00	5.000,00	0,00	45.000,00	5.000,00	0,00
Serviços Urbanos	235.971,71	242.843,50	50.760,70	153.261,94	0,20	89.581,56	50.641,70	0,22
DEFESA NACIONAL	199.440,58	199.440,58	23.186,80	115.013,47	0,15	84.427,11	23.326,80	115.013,47
Defesa Terrestre	199.440,58	199.440,58	23.186,80	115.013,47	0,15	84.427,11	23.326,80	115.013,47
SEGURANÇA PÚBLICA	8.229,54	10.641,55	0,00	2.374,14	0,00	8.267,41	0,00	2.374,14
Defesa Terrestre	8.229,54	10.641,55	0,00	2.374,14	0,00	8.267,41	0,00	2.374,14
Defesa Aérea	3.777.307,73	7.985.188,05	846.414,99	4.691.362,50	4,69	4.268.627,45	707.635,42	4.798.836,58
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.203.809,15	3.982.538,08	155.811,67	865.405,47	1,12	317.132,61	147.946,54	836.967,93
Assistência Comunitária	2.371.037,58	2.581.409,97	60.069,32	2.459.020,13	1,37	1.122.478,94	533.708,59	1.215.670,29
Outros Encargos Especiais	202.371,00	341.150,00	0,00	312.000,00	0,00	29.150,00	26.000,00	0,38
SAÚDE	27.440.767,24	36.308.682,74	7.474.757,00	24.361.580,39	31,99	11.947.102,06	17.914.608,23	23.287.182,47
Atenção Básica	15.044.532,25	21.627.605,59	5.145.972,97	14.989.997,36	19,32	7.727.608,23	5.095.686,72	14.488.806,52
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.520.828,56	12.167.305,93	1.753.113,14	8.611.301,11	11,00	3.556.004,54	1.984.109,85	8.038.575,81
Vigilância Sanitária	379.460,63	384.649,73	42.847,47	22.662,49	0,29	142.768,94	22.844,97	0,28
Vigilância Epidemiológica	496.936,61	1.058.121,92	112.824,21	57.394,29	0,46	520.702,54	112.824,21	57.325,57
EDUCAÇÃO	22.990.123,62	31.178.064,90	3.652.886,03	19.101.396,31	24,62	12.076.650,69	4.078.237,07	16.562.943,91
Administração Geral	260.152,63	250.786,31	25.777,00	128.875,65	0,17	121.908,26	25.777,00	128.875,65
Comunicação Social	2.442,00	1.080,00	0,00	1.080,00	0,00	0,00	1.080,00	0,00
Alimentação e Nutrição	1.019.160,95	1.333.523,71	32.212,94	838.153,84	1,11	475.369,87	272.992,92	835.287,22
Ensino Fundamental	16.400.011,20	19.486.635,15	2.786.503,98	13.558.613,05	17,47	5.928.025,10	3.902.862,28	11.753.662,92
Educação Infantil	3.871.737,66	9.213.929,17	540.017,99	3.953.432,69	5,66	5.260.494,90	544.935,24	4.716.559,45
Educação de Jovens e Adultos	383.789,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	1.052.829,42	892.082,56	68.474,72	60.189,24	0,77	290.893,32	141.639,60	564.606,80
CULTURA	715.000,00	1.566.078,24	132.239,87	547.033,64	0,70	1.019.044,88	119.602,57	516.512,83
Ação Legislativa	6.105,00	6.105,00	432,00	432,00	0,00	5.673,00	432,00	0,00
Órfãos Cultural	708.895,00	1.559.973,24	131.807,87	546.601,36	0,70	1.013.371,88	119.170,57	516.080,83
URBANISMO	14.774,09	23.981.081,05	0,00	1.618.475,56	2,09	699.065,49	289.805,58	1.397.660,28
Estrutura Urbana	12,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	13.430,99	92.201,00	0,00	62.990,00	0,00	29.311,00	0,00	62.990,00
Turismo	1.221,00	2.225.880,05	0,00	1.555.585,26	2,00	670.294,49	289.805,58	1.334.770,28
SANEAMENTO	7.905,18	4.440.504,68	501.879,12	4.173.329,66	5,38	267.175,02	147.649,79	1.528.660,37
Estrutura Urbana	7.733,02	4.440.504,68	501.879,12	4.173.329,66	5,38	267.175,02	147.649,79	1.528.660,37
Abastecimento	172,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	1.050.733,44	1.884.842,00	347.802,00	1.403.006,98	1,92	391.835,02	338.969,95	1.347.302,25
Preservação do Meio Ambiente	1.050.733,44	1.884.842,00	347.802,00	1.403.006,98	1,92	391.835,02	338.969,95	1.347.302,25
Ciência e Tecnologia	37.020,72	107.234,62	15.310,59	56.758,80	0,07	50.475,82	15.310,59	56.758,80
Tecnologia da Informação	37.020,72	107.234,62	15.310,59	56.758,80	0,07	50.475,82	15.310,59	56.758,80
AGRICULTURA	772.023,78	5.673.020,00	140.463,71	958.138,14	1,23	4.714.881,93	142.109,00	946.748,14
Administração Geral	2.692,31	2.692,31	0,00	2.692,31	0,00	0,00	0,00	2.692,31
Indústria Rural	769.331,47	5.670.327,69	140.463,71	958.138,14	1,23	4.712.189,62	142.109,00	946.748,14
EXTERIO	5.925,25	517.310,30	27.605,71	398.841,30	0,51	118.409,00	21.589,89	392.593,48
Administração Geral	4.310,30	517.310,30	27.605,71	398.841,30	0,51	118.409,00	21.589,89	392.593,48
Promoção Industrial	1.282,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	24.420,00	33.420,00	2.600,00	26.810,03	0,03	6.610,00	5.070,00	25.530,00
Comunicação Social	24.420,00	33.420,00	2.600,00	26.810,03	0,03	6.610,00	5.070,00	25.530,00
ENERGIA	1.760.180,28	1.760.180,28	309.322,64	803.326,11	1,10	909.824,02	208.466,35	701.131,19
Conservação de Energia	1.335.694,81	1.435.694,81	309.322,64	803.326,11	1,10	583.358,38	208.466,35	701.131,19
Energia Elétrica	424.485,47	324.485,47	0,00	0,00	0,00	324.485,47	0,00	324.485,47
Transporte Coletivo Urbano	5.406.377,42	1.845.699,47	1.420.552,28	6.057.078,92	7,81	1.784.747,19	1.520.264,42	5.807.664,42
Transporte Coletivo Urbano	1.221,00	154.484,83	0,00	125.991,02	0,20	1.893,83	156.696,32	125.991,02
Transporte Rodoviário	5.405.151,73	7.689.333,18	1.420.552,28	5.904.487,99	7,61	1.784.847,19	1.504.863,87	5.654.473,61
DESPORTO E LAZER	697.821,72	875.822,72	134.218,64	584.309,17	0,75	291.513,55	130.568,31	570.674,56
Desporto Comunitário	697.821,72	875.822,72	134.218,64	584.309,17	0,75	291.513,55	130.568,31	570.674,56
ENCARGOS ESPECIAIS	4.112.769,95	5.508.335,14	590.552,41	5.324.262,29	6,86	184.072,85	970.135,77	4.303.028,46
Outros Encargos Especiais	4.112.769,95	5.508.335,14	590.552,41	5.324.262,29	6,86	184.072,85	970.135,77	4.303.028,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	445.643,40	445.643,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência geral	445.643,40	445.643,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	81.800.000,00	120.743.907,80	17.144.286,55	77.598.338,45	100,00	43.145.569,35	17.720.098,70	68.950.667,53



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II)

RS 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
VALOR	0,00				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
VALOR	0,00				



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II)

RS 1,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO - RPPS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II)

RS 1,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS -RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00				
Recursos para Formação de Reserva	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				




MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II)

RS 1,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)		
Contribuições dos Servidores		0,00	0,00		
Demais Receitas Previdenciárias		0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)		0,00	0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII) ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00


GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS	MOACIR DE ALMEIDA BUENO	ELAINE RICCI ZAWADZKI
Prefeito	Contador CRC- PR 067611/O-6	Controle Interno

<div></div> <div>MUNICÍPIO DE ARARUNA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO</div>			Em reais
RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)			
ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025	
		RECEITAS REALIZADAS (a)	
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	100.400.975,51	69.424.173,46	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.655.304,41	9.127.722,70	
IPTU	3.002.312,03	1.062.638,86	
ISS	2.312.210,00	1.915.307,18	
ITBI	2.507.264,16	1.137.664,49	
IRRF	3.847.805,06	2.523.636,90	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.985.713,16	2.488.475,27	
Contribuições	2.902.526,45	1.420.567,26	
Receita Patrimonial	633.163,93	1.280.183,61	
Aplicações Financeiras (II)	633.163,93	1.253.311,74	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	26.871,87	
Transferências Correntes	80.724.599,23	57.294.187,26	
Cota-Parte do FPM	29.761.681,46	22.839.353,66	
Cota-Parte do ICMS	19.760.720,04	13.022.038,47	
Cota-Parte do IPVA	4.667.583,40	2.398.401,30	
Cota-Parte do ITR	1.077.091,98	726.007,22	
Transferências da LC 61/1989	539.055,87	186.815,48	
Transferências do FUNDEB	13.470.500,00	9.737.524,01	
Outras Transferências Correntes	11.447.966,48	8.384.047,12	
Demais Receitas Correntes	485.381,49	301.512,63	
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	
Receitas Correntes Restantes	485.381,49	301.512,63	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	99.767.811,58	68.170.861,72	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	1.282,05	0,00	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	89,11	
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	18.974.181,69	5.151.925,60	
Operações de Crédito (VIII)	3.347.148,97	1.658.655,44	
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	
Alienação de Bens	183.150,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	
Outras Alienações de Bens	183.150,00	0,00	
Transferências de Capital	15.443.882,72	3.493.270,16	
Convênios	7.022.721,78	1.109.376,71	
Outras Transferências de Capital	8.421.160,94	2.383.893,45	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII)	15.627.032,72	3.493.270,16	
= [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	115.396.126,35	71.664.131,88	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	115.394.844,30	71.664.131,88	

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	88.181.139,20	61.721.246,92	59.226.140,50	54.538.265,71	315.604,74	48.161,85	42.841,85
Pessoal e Encargos Sociais	46.339.030,78	30.688.212,57	30.668.458,66	28.206.851,21	181.090,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.916.123,73	1.853.128,25	1.539.181,46	1.539.181,46	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	39.925.984,69	29.179.906,10	27.018.500,38	24.792.233,04	134.514,74	48.161,85	42.841,85
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	86.265.015,47	59.868.118,67	57.686.959,04	52.999.084,25	315.604,74	48.161,85	42.841,85
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	1.282,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

www.elotech.com.br

26/11/2025 Página: 1

<div></div> <div>MUNICÍPIO DE ARARUNA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO</div>							Continuação
RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	32.115.843,15	15.877.091,53	9.724.527,03	8.553.819,63	12.063,22	0,00	Em reais 0,00
Investimentos	29.628.430,74	13.426.205,05	7.787.681,52	6.616.974,12	12.063,22	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	2.487.412,41	2.450.886,48	1.936.845,51	1.936.845,51	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	29.628.430,74	13.426.205,05	7.787.681,52	6.616.974,12	12.063,22	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	445.643,40	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	116.340.371,66	73.294.323,72	65.474.640,56	59.616.058,37	327.667,96	48.161,85	42.841,85
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXXI + XXXI)	116.339.089,61	73.294.323,72	65.474.640,56	59.616.058,37	327.667,96	48.161,85	42.841,85
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]					11.677.563,70		
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIId)]					11.677.563,70		
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO					VALOR CORRENTE		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência					0,00		
JUROS NOMINAIS					Até o Bimestre / 2025		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)					VALOR INCORRIDO		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)					1.253.400,85		
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)					1.539.181,46		

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2024 (a)	Até o Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	20.748.399,39	20.467.222,74
DEDUÇÕES (XL)	6.497.150,36	8.602.723,01
Disponibilidade de Caixa	6.497.150,36	8.602.723,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.358.710,87	15.429.014,61
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	521.070,35	6.055.946,11
(-) Depósitos Restituintes e Valores Vinculados	340.490,16	770.345,49
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	14.251.249,03	11.864.499,73
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIId) = (XLIIa - XLIId)		2.386.749,30
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre / 2025
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)	5.534.875,76	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIId + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	7.921.625,06	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	8.207.405,67	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.567.468,55
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		5.567.468,55
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, emitido em 26/nov/2025 às 15h e 09m.

www.elotech.com.br

26/11/2025 Página: 2

<



MUNICÍPIO DE ARARUNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO

E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)						RS 1,00
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	13.645.895,15	8.418.085,61	8.380.506,15	7.806.181,61	37.579,46	
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	12.559.557,51	8.106.820,04	8.106.820,04	7.532.495,50	0,00	
10.1.1 - Educação Infantil	4.396.042,51	2.819.913,28	2.819.913,28	2.673.776,40	0,00	
10.1.2- Ensino Fundamental	7.634.387,00	4.980.938,14	4.980.938,14	4.574.140,48	0,00	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	8,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.1.4- Educação Especial	529.120,00	305.968,62	305.968,62	284.578,62	0,00	
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.086.337,64	311.265,57	273.686,11	273.686,11	37.579,46	
10.2.1- Educação Infantil	281.623,07	9.767,46	9.767,46	9.767,46	0,00	
10.2.2- Ensino Fundamental	458.874,98	9.503,47	8.506,45	8.506,45	997,02	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.4- Educação Especial	345.839,59	291.994,64	255.412,20	255.412,20	36.582,44	
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	8.266.997,27	8.229.417,81	7.655.093,27	37.579,46	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.266.997,27	8.229.417,81	7.655.093,27	37.579,46	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.974.002,63	7.974.002,63	7.399.678,09	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)		VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)	
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.462.948,85	7.974.002,63		7.974.002,63	86,37	
16- PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00		0,00	0,00	
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00		0,00	0,00	
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)	
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	985.648,16	1.627.063,78	1.627.063,78	641.415,62	16,51	



MUNICÍPIO DE ARARUNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO

E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)							RS 1,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	
(s)	(t)	(u)	(v)	(w)	(x)	(y)	
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	1.086.758,46	592.242,03	118.826,33	32.262,01	441.153,69	490.654,63	
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.086.758,46	592.242,03	101.587,40	32.262,01	458.392,62	490.654,63	
19.2- Total das Despesas Custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	17.238,93	0,00	-17.238,93	0,00	

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	10.797.279,79	6.905.094,76	6.412.969,34	5.767.664,46	492.125,42
20.1- Educação Infantil	1.573.124,67	404.504,00	381.417,59	369.832,64	23.086,41
20.2- Ensino Fundamental	8.833.879,61	6.371.712,71	5.902.673,70	5.278.626,05	469.039,01
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	244,20	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	250.786,31	128.878,05	128.878,05	119.205,77	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	139.245,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	23.177.931,84	14.445.259,72	13.952.128,28	12.763.561,14	493.122,44
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.250.790,25	3.091.599,87	3.068.513,46	2.910.791,63	23.086,41
21.1.1- Creche	6.250.790,25	3.091.599,87	3.068.513,46	2.910.791,63	23.086,41
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	16.927.141,59	11.353.650,85	10.883.614,82	9.852.769,51	470.036,03

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)		6.412.969,34
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)		9.167.938,16
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)		641.415,62
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.(x)		490.654,63
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS		0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1 (af) + L30.2(ad))		0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)		14.448.837,25

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			13.744.950,21	14.448.837,25	26,28
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	178.768,77	10.000,00	85.917,73	0,00	92.851,04
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	122.182,66	10.000,00	34.351,67	0,00	87.830,99
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	56.586,11	0,00	51.566,06	0,00	5.020,05
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ARARUNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO

E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.045.707,89	1.720.358,01
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	880.326,38	721.038,52
31.1.1- Salário-Educação	880.326,38	721.038,52
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.623.316,31	596.328,44
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.542.065,21	402.991,05

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	6.733.791,96	3.724.550,95	1.724.443,53	1.532.407,29	2.000.107,42
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.963.137,92	697.129,39	54.768,69	54.768,69	642.360,70
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	2.559.496,56	2.174.862,27	821.982,17	724.038,74	1.352.880,10
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	16.878,77	3.225,98	3.225,98	3.225,98	0,00
32.8- OUTRAS	1.194.278,71	849.333,31	844.466,69	750.373,88	4.866,62

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	31.176.966,90	19.344.026,38	16.777.631,64	15.365.965,98	2.566.394,74
33.1- Despesas Correntes	24.846.684,96	16.395.531,79	16.213.927,89	14.921.277,24	181.603,90
33.1.1- Pessoal Ativo	18.727.581,39	12.293.934,76	12.293.934,76	11.246.157,06	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	362.718,36	295.220,62	258.638,18	258.638,18	36.582,44
33.1.4- Outras Despesas Correntes	5.756.385,21	3.806.376,41	3.661.354,95	3.416.482,00	145.021,46
33.2- Despesas de Capital	6.330.281,94	2.948.494,59	563.703,75	444.688,74	2.384.790,84
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	6.330.281,94	2.948.494,59	563.703,75	444.688,74	2.384.790,84

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	VALOR	
	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	223.500,78	54.422,33
35- (+)INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO (orçamentário)	9.856.481,59	721.038,52
36- (-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO (orçamentário e restos a pagar)	7.857.747,67	535.217,03
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.222.234,70	240.243,82
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	8.043,06	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	2.509,44	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.227.768,32	240.243,82

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, emitido em 26/nov/2025 às 14h e 50m.

www.elotech.com.br

26/11/2025 Pág. 4/5



MUNICÍPIO DE ARARUNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO

E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)			RS 1,00	
<p>1. Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspondem ao disposto na legislação.</p> <p>2. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.</p> <p>3. Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."</p> <p>4. Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.</p> <p>5. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.</p> <p>6. As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.</p> <p>7. Valor inscrito em RPNN com disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNN com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNN referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAE e os RPNN dessas despesas.</p> <p>8. Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.</p> <p>9. Nesta coluna não devem ser informados valores inferiores a 0 (zero).</p> <p>10. Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna, os percentuais devem ser ajustados para 100%.</p>				
<hr/> GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS			<hr/> MOACIR DE ALMEIDA BUENO	<hr/> ELAINE RICCI ZAWADZKI
Prefeito			Contador CRC- PR 067611/O-6	Controle Interno



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
(REGRA DE OURO)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 9 (LRF, Art. 53, inciso I)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	3.347.148,97	1.658.655,44	1.688.493,53

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	32.115.843,15	15.877.091,53	16.238.751,62
Investimentos	29.628.430,74	13.426.205,05	16.202.225,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.487.412,41	2.450.886,48	36.525,93
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	32.115.843,15	15.877.091,53	16.238.751,62
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OUROS (III) = (II - I)	28.768.694,18	14.218.436,09	14.550.258,09

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, emitido em 26/nov/2025 as 15h e 12m.
Nota: Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
Prefeito

MOACIR DE ALMEIDA BUENO
Contador CRC- PR 067611/O-6

ELAINE RICCI ZAWADZKI
Controle Interno



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME
PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 a 2099

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Em Reais

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME
PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 a 2099

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Em Reais

2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME
PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 a 2099

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Em Reais

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME
PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 a 2099

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)					Em Reais
2071	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, emitido em 26/nov/2025 as 15h e 13m.

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
Prefeito

MOACIR DE ALMEIDA BUENO
Contador CRC- PR 067611/O-6

ELAINE RICCI ZAWADZKI
Controle Interno



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE
ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)								RS 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)		
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	392.094,10	456,90				391.637,20		
Receita de Alienação de Bens Móveis	61.050,00	0,00				61.050,00		
Receita de Alienação de Bens Imóveis	122.100,00	0,00				122.100,00		
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00				0,00		
Receita de Rendimento de Aplicações Financeiras	208.944,10	456,90				208.487,20		
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	391.938,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391.938,25	
Despesas de Capital	391.938,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391.938,25	
Investimentos	391.938,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391.938,25	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2024 (i)	2025 (j) = (Ib - (II f + II g))		SALDO ATUAL (k) = (III i + III j)				
VALOR (III)	12.578,89	456,90		13.035,79				

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, emitido em 26/nov/2025 as 15h e 17m.

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
Prefeito

MOACIR DE ALMEIDA BUENO
Contador CRC- PR 067611/O-6

ELAINE RICCI ZAWADZKI
Controle Interno



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS
PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)										RS 1,00		
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS					
							até o Bimestre (b)	% (b/a)*100				
RECEITA DE IMPOSTOS (I)					10.061.989,14	11.669.591,25	6.639.247,43	56,89				
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU					2.116.745,03	3.002.312,03	1.062.638,86	35,39				
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI					2.507.264,16	2.507.264,16	1.137.664,49	45,37				
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS					2.212.210,00	2.312.210,00	1.915.307,18	82,83				
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF					3.225.769,95	3.847.805,06	2.523.636,90	65,59				
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)					57.295.425,00	62.707.553,66	45.839.690,82	73,10				
Cota-Parte FPM					26.862.000,00	31.421.128,66	25.423.113,29	80,91				
Cota-Parte ITR					1.098.900,00	1.178.900,00	907.508,86	76,98				
Cota-Parte IPVA					4.273.500,00	5.046.500,00	2.998.001,52	59,41				
Cota-Parte ICMS					24.420.000,00	24.420.000,00	16.277.547,84	66,66				
Cota-Parte IPI-Exportação					641.025,00	641.025,00	233.519,31	36,43				
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências					0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)					67.357.414,14	74.377.144,91	52.478.938,25	70,56				
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
							Até o Bimestre (d)	%(d/c)*100	Até o Bimestre (e)	%(e/c)*100	Até o Bimestre (f)	%(f/c)*100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)					12.206.869,43	13.720.966,85	10.227.143,81	74,54	9.971.756,64	72,68	8.735.371,99	63,66
Despesas Correntes					12.098.745,86	13.096.506,28	9.715.586,51	74,18	9.493.099,34	72,49	8.439.810,49	64,44
Despesas de Capital					108.123,57	624.460,57	511.557,30	81,92	478.657,30	76,65	295.561,50	47,33
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)					10.277.515,18	8.489.076,61	5.886.770,45	69,35	5.518.339,94	65,01	5.281.099,15	62,21
Despesas Correntes					9.183.795,18	7.622.740,98	5.077.161,51	66,61	4.717.494,86	61,89	4.494.462,21	58,96
Despesas de Capital					1.093.720,00	866.335,63	809.608,94	93,45	800.845,08	92,44	786.636,94	90,80
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEÚTICO (VI)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)					375.905,73	363.085,23	221.731,90	61,07	221.434,00	60,99	204.548,29	56,34
Despesas Correntes					375.905,73	363.085,23	221.731,90	61,07	221.434,00	60,99	204.548,29	56,34
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)					466.422,00	640.422,00	482.907,83	75,40	482.907,83	75,40	482.907,83	75,40
Despesas Correntes					466.422,00	640.422,00	482.907,83	75,40	482.907,83	75,40	482.907,83	75,40
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)					23.326.712,34	23.213.550,69	16.818.553,99	72,45	16.194.438,41	69,76	14.703.927,26	63,34



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS
PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)				RS 1,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)	
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XII) = (XI)	16.818.553,99	16.194.438,41		14.703.927,26
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (XIII)	241.814,80	241.814,80		241.814,80
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM ASPS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XIV)	0,00	0,00		0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (XV)	0,00	0,00		0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	16.576.739,19	15.952.623,61		14.462.112,46
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X 15% (LC 141/2012)		7.871.840,74		
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X % (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)		0,00		
DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO E A DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA (XVIII) = (XVI) (D OU E) - XVII)	8.704.898,45	8.080.782,87		6.590.271,72
LIMITE NÃO CUMPRIDO (XIX) = (XVIII) (QUANDO VALOR FOR INFERIOR A ZERO)	0,00			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI) / (III) * 100 (MÍNIMO DE 15% CONFORME LC Nº 141/2012 OU % DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	31,59	30,40		

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO			
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (Não Aplicado)¹ (I) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2023				
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2022				
Diferença De Limite Não Cumprido Em Exercícios Anteriores				
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)				0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscrito indevidamente no Exercício sem Disponibilidade e Financeira (q) = (XIV d)	Valor Inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre valor aplicado e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2025	7.871.840,74	16.818.553,99	8.946.713,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.946.713,25
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.219.657,90	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	882.849,58	105.932,48	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.665.494,34	66,33	0,00	0,00
Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.971.384,41	77.111,24	54.963,54	-54.963,54
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS
PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

Continuação

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo Final (não aplicado)l (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	21.580,25	21.580,25	21.580,25	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	21.580,25	21.580,25	21.580,25	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.856.358,53	9.833.042,94	7.167.918,82	72,90
Proveniente da União	3.811.582,91	7.529.582,91	5.250.407,69	69,73
Proveniente dos Estados	44.775,62	2.303.460,03	1.917.511,13	83,24
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	344.288,42	344.321,48	300.302,06	87,22
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	4.200.646,95	10.177.364,42	7.468.220,88	73,38

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)*100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.837.662,82	8.996.638,74	4.072.780,73	45,27	3.842.510,91	42,71	3.598.971,33	40,00
Despesas Correntes	2.829.214,10	4.731.967,56	2.776.530,73	58,68	2.747.510,91	58,06	2.503.971,33	52,92
Despesas de Capital	8.448,72	4.264.671,18	1.296.250,00	30,40	1.095.000,00	25,68	1.095.000,00	25,68
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.243.313,38	3.678.229,29	1.980.656,04	53,85	1.776.360,91	48,29	1.733.811,92	47,14
Despesas Correntes	852.820,00	2.859.875,62	1.746.482,09	61,07	1.562.332,10	54,63	1.519.783,11	53,14
Despesas de Capital	390.493,38	818.353,67	234.173,95	28,62	214.028,81	26,15	214.028,81	26,15
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	2.564,10	2.564,10	1.004,09	39,16	1.004,09	39,16	1.004,09	39,16
Despesas Correntes	2.564,10	2.564,10	1.004,09	39,16	1.004,09	39,16	1.004,09	39,16
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	30.514,60	417.699,92	54.511,55	13,05	54.327,72	13,01	13.468,26	3,22
Despesas Correntes	30.332,55	417.517,87	54.511,55	13,06	54.327,72	13,01	13.468,26	3,23
Despesas de Capital	182,05	182,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	4.114.054,90	13.095.132,05	6.108.952,41	46,65	5.674.203,63	43,33	5.347.255,60	40,83



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS
PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

Continuação

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)*100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	15.044.532,25	22.717.605,59	14.299.924,54	62,95	13.814.267,55	60,81	12.334.343,32	54,29
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	11.520.828,56	12.167.305,90	7.867.426,49	64,66	7.294.700,85	59,95	7.014.911,07	57,65
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	378.469,83	365.649,33	222.735,99	60,92	222.438,09	60,83	205.552,38	56,22
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	496.936,60	1.058.121,92	537.419,38	50,79	537.235,55	50,77	496.376,09	46,91
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	27.440.767,24	36.308.682,74	22.927.506,40	63,15	21.868.642,04	60,23	20.051.182,86	55,22

Nos casos primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
*Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.

FONTE: Sistema Ektech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, emitido em 26/nov/2025 às 15h e 30m.

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS	MOACIR DE ALMEIDA BUENO	ELAINE RICCI ZAWADZKI
Prefeito	Contador CRC- PR 067611/O-6	Controle Interno



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
5º Bimestre de 2025

RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

IMPACTOS DAS CONTRATACÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO FINAL	
					Até o Bimestre	

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034

FONTE: Sistema Ektech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, emitido em 26/nov/2025 às 15h e 31m.
Nota:

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS	MOACIR DE ALMEIDA BUENO	ELAINE RICCI ZAWADZKI
Prefeito	Contador CRC- PR 067611/O-6	Controle Interno



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XIV

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até Período
RECEITAS		
Previsão Inicial	86.000.000,00	
Previsão Atualizada	119.376.439,25	
Receitas Realizadas	74.576.188,17	
Déficit Orçamentário	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	5.567.468,55	
DESPESAS		
Dotação Inicial	81.800.000,00	
Dotação Atualizada	120.743.907,80	
Despesas Empenhadas	77.598.338,45	
Despesas Liquidadas	68.950.667,53	
Despesas Pagas	63.092.085,34	
Superávit Orçamentário	5.625.520,64	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até Período
Despesas Empenhadas	77.598.338,45	
Despesas Liquidadas	68.950.667,53	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até Período
Receita Corrente Líquida	84.010.305,61	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	82.016.312,42	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	82.016.312,42	

www.ekotech.com.br

Continua Página: 1



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até Período	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Pagas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Pagas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado até o Período (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	11.677.563,70	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	2.386.749,30	0,00

Continuação



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrito	Cancelado Até o Período	Pagamento Até o Período	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	521.070,35	1.358,47	327.667,96	192.043,92
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	95.408,22	0,00	42.841,85	52.566,37
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	616.478,57	1.358,47	370.509,81	244.610,29
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado Até o Período	
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	14.448.837,25	<18% / 25%>	26,28	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	7.974.002,63	70%	86,37	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00	

Continuação



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até Período	Saldo Não Realizado		
Receita de Operação de Crédito	1.658.655,44	1.688.493,53		
Despesa de Capital Líquida	15.877.091,53	16.238.751,62		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	Valor Apurado Até Período	Saldo a Realizar		
Receita da Alienação de Ativos	456,90	391.637,20		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	391.938,25		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado até o Período	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	16.194.438,41	15,00	30,86	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)				0,00



MUNICÍPIO DE ARARUNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

PON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, emitido em 26/nov/2025 às 10h e 49m.

GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS
Prefeito

MOACIR DE ALMEIDA BUENO
Contador CRC- PR 067611/O-6

ELAINE RICCI ZAWADZKI
Controle Interno



MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ

Exercício 2025
Período: janeiro até outubro

QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO CRIANÇA E
ADOLESCENTE - QDDOCA BÁSICO E PONDERADO

ÁREAS E SUB-ÁRE AS (A)	FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES (B)	TÍTULO DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (C)	FUNCIONAL-PROGRA MÁTICA(D)	TIPO DE JCA(E)	ÍNDICE DE PROPORCI ONALIDA DE(F)	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)		VALOR LIQUIDADO (R\$)	
						VALOR(G)	VALOR PONDERA DO(H=GxG)	VALOR(G)	VALOR PONDERA DO(H=GxG)

1. SAÚDE

10 Saúde

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

301 Atenção Básica									
		CONSTRUCAO AMPLIACAO MELHORIAS DE UNIDADES BASICAS	11.002.10.301.0011.1031	Nêx		99.797,57		45.000,00	
		AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.002.10.301.0011.1033	Nêx		8.326,00		1.528.657,30	
		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE DO MUNICI	11.002.10.301.0011.2073	Nêx		7.332.805,71		6.071.524,25	
		MANUTENCAO DA FARMACIA	11.002.10.301.0011.2074	Nêx		1.348.114,97		660.879,96	
		MANUTENCAO DOS PROGRAMAS SAUDE RUCAL - PSB	11.002.10.301.0011.2076	Nêx		492.386,00		268.175,05	
		MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ATENCAO BASICA - PAB	11.002.10.301.0011.2077	Nêx		17.025,60		0,00	
		MANUTENCAO DO PROGRAMA DE AGENTE COMUNITARIO - ACS	11.002.10.301.0011.2084	Nêx		2.628.237,56		1.828.065,81	
		MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE FAMILIA - PSF	11.002.10.301.0012.2075	Nêx		1.557.019,25		1.043.351,84	
		PARTICIPACAO EM CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	11.002.10.301.0014.2078	Nêx		1.533.479,87		3.043.152,31	
		TOTAL SUBFUNÇÃO				15.017.192,53	0,00	14.488.806,52	0,00
		302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial							
		SAUDE TERCERIZADA	11.002.10.302.0014.2072	Nêx		4.280.010,45		3.781.238,75	
		CONTRIBUIR FINANCIERAMENTE PARA MANUTENÇÃO DO CIUNEP - SAMU	11.002.10.302.0014.2250	Nêx		359.706,60		257.196,45	
		TOTAL SUBFUNÇÃO				4.639.717,05	0,00	4.038.435,20	0,00
		304 Vigilância Sanitária							
		MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA	11.002.10.304.0015.2080	Nêx		375.905,73		221.560,50	
		TOTAL SUBFUNÇÃO				375.905,73	0,00	221.560,50	0,00
		305 Vigilância Epidemiológica							
		MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	11.002.10.305.0015.2081	Nêx		496.936,60		537.235,55	
		TOTAL SUBFUNÇÃO				496.936,60	0,00	537.235,55	0,00

Contabil - 6.1.21.

www.elotech.com.br

26/11/2025 Pág. 1/7



MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ

Exercício 2025
Período: janeiro até outubro

QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO CRIANÇA E
ADOLESCENTE - QDDOCA BÁSICO E PONDERADO

ÁREAS E SUB-ÁRE AS (A)	FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES (B)	TÍTULO DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (C)	FUNCIONAL-PROGRA MÁTICA(D)	TIPO DE JCA(E)	ÍNDICE DE PROPORCI ONALIDA DE(F)	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)		VALOR LIQUIDADO (R\$)	
						VALOR(G)	VALOR PONDERA DO(H=GxG)	VALOR(G)	VALOR PONDERA DO(H=GxG)

SOMATÓRIO DO QDDOCA POR ÁREA E EIXO (I)

20.529.751,91 0,00 19.286.037,77 0,00

17 Saneamento

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

451 Infra-Estrutura Urbana									
		EXECUCAO DE OBRAS DE GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS	06.005.17.451.0009.1025	Nêx		1.221,00		0,00	
		PAVIMENTACAO E OBRAS COMPL. EM RUAS E AVENIDAS DO	06.005.17.451.0009.1026	Nêx		2.625,15		336.435,18	
		RECAPEAMENTO ASFALTICO EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICI	06.005.17.451.0009.1027	Nêx		2.560,05		1.192.225,19	
		AMPLIACAO DA REDE DE AGUA POTAVEL	06.005.17.451.0033.1067	Nêx		1.383,82		0,00	
		TOTAL SUBFUNÇÃO				7.733,02	0,00	1.528.660,37	0,00
		SOMATÓRIO DO QDDOCA POR ÁREA E EIXO (2)				7.733,02	0,00	1.528.660,37	0,00
		TOTAL DO EIXO(I - 1+2)				20.537.484,93	0,00	20.814.698,14	0,00

2. EDUCAÇÃO

12 Educação

ÁREAS DE SUBÁREAS DE ATUAÇÃO

306 Alimentação e Nutrição									
		FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO ESCOLAR	09.002.12.306.0030.2054	Nêx		404.948,08		345.819,25	
		ADQUERIR ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	09.002.12.306.0035.2056	Nêx		109.000,26		128.128,33	
		ADQUERIR ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	14.002.12.306.0035.2091	Nêx		18.315,00		40.220,46	
		TOTAL SUBFUNÇÃO				532.263,34	0,00	514.168,04	0,00
		361 Ensino Fundamental							
		CONSTRUCAO AMPLIACAO REFORMA MELHORIAS ESC. MUNICI	09.002.12.361.0016.1041	Nêx		38.777,72		284.249,28	
		AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	09.002.12.361.0016.1043	Nêx		174.228,26		216.953,47	
		MANUT. DIVISAO DE ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS	09.002.12.361.0016.2046	Nêx		94.774,26		2,98	
		FU							
		MANUT. DIVISAO DE ENSINO FUNDAMENTAL - OUTROS	09.002.12.361.0016.2047	Nêx		5.064.958,49		3.756.364,84	
		RECUC							
		MANUTENCAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - RECURSO	09.002.12.361.0016.2052	Nêx		8.504.671,00		5.315.434,44	
		FUNDEB							

Contabil - 6.1.21.

www.elotech.com.br

26/11/2025 Pág. 2/7



MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ

Exercício 2025
Período: janeiro até outubro

QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO CRIANÇA E
ADOLESCENTE - QDDOCA BÁSICO E PONDERADO

ÁREAS E SUB-ÁRE AS (A)	FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES (B)	TÍTULO DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (C)	FUNCIONAL-PROGRA MÁTICA(D)	TIPO DE JCA(E)	ÍNDICE DE PROPORCI ONALIDA DE(F)	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)		VALOR LIQUIDADO (R\$)	
						VALOR(G)	VALOR PONDERA DO(H=GxG)	VALOR(G)	VALOR PONDERA DO(H=GxG)

		MANUT. REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL - SALA	09.002.12.361.0016.2057	Nêx		20.564,00		4.000,00	
		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	09.003.12.361.0019.2055	Nêx		2.502.037,47		2.155.651,91	
		TOTAL SUBFUNÇÃO				16.400.011,20	0,00	11.732.656,92	0,00
		365 Educação Infantil							
		CONSTRUCAO/REFORMA E MELHORIAS NOS CENTROS DE EDUCACAO INFANT	09.004.12.365.0017.1051	Nêx		40.903,50		0,00	
		EQUIP. MATERIAL PERMANENTE PARA CENTRO DE EDU. INF	09.004.12.365.0017.1052	Nêx		1.221,00		0,00	
		CONSTRUÇÃO CRECHE PAC2	09.004.12.365.0017.1119	Nêx		122,10		0,00	
		MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL - RECURSOS	09.004.12.365.0017.2049	Nêx		1.640.723,99		2.000.859,20	
		FUNDEB							
		MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL - OUTROS	09.004.12.365.0017.2050	Nêx		2.188.767,07		1.281.095,72	
		RECURSOS							
		TOTAL SUBFUNÇÃO				3.871.737,66	0,00	3.281.954,92	0,00
		366 Educação de Jovens e Adultos							
		MANUTENCAO DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - RECUR	09.005.12.366.0018.2051	Nêx		383.789,36		0,00	
		TOTAL SUBFUNÇÃO				383.789,36	0,00	0,00	0,00
		367 Educação Especial							
		MANUTENCAO DA EDUCACAO ESPECIAL	09.006.12.367.0027.2053	Nêx		1.052.829,42		564.606,80	
		TOTAL SUBFUNÇÃO				1.052.829,42	0,00	564.606,80	0,00

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

122 Administração Geral									
		MANUTENCAO DO GABINETE SECRETARIA DE EDUCACAO	09.001.12.122.0002.2045	Nêx		260.152,63		128.878,05	
		TOTAL SUBFUNÇÃO				260.152,63	0,00	128.878,05	0,00
		131 Comunicação Social							
		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE DIVULGACAO DA EDUCACAO	09.002.12.131.0003.2048	Nêx		2.442,00		1.080,00	
		TOTAL SUBFUNÇÃO				2.442,00	0,00	1.080,00	0,00
		SOMATÓRIO DO QDDOCA POR ÁREA E EIXO (3)				22.503.225,61	0,00	16.223.344,73	0,00

13 Cultura

Contabil - 6.1.21.

www.elotech.com.br

26/11/2025 Pág. 3/7



MUNICÍPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ

Exercício 2025
Período: janeiro até outubro

QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO CRIANÇA E
ADOLESCENTE - QDDOCA BÁSICO E PONDERADO

ÁREAS E SUB-ÁRE AS (A)	FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES (B)	TÍTULO DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (C)	FUNCIONAL-PROGRA MÁTICA(D)	TIPO DE JCA(E)	ÍNDICE DE PROPORCI ONALIDA DE(F)	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)		VALOR LIQUIDADO (R\$)	
						VALOR(G)	VALOR PONDERA DO(H=GxG)	VALOR(G)	VALOR PONDERA DO(H=GxG)

ÁREAS DE ATUAÇÃO

392 Difusão Cultural									
		GABINETE DO DIRETOR CULTURA	10.001.13.392.0021.2060	Nêx		142.857,00		140.993,64	
		MANUTENCAO DA DIVISAO DE CULTURA E TURISMO	10.002.13.392.0021.2061	Nêx		465.916,00		255.659,53	
		FESTAS CIVICAS E COMEMORACOES POPULARES	10.002.13.392.0021.2062	Nêx		100.122,00		119.427,66	
		TOTAL SUBFUNÇÃO				708.895,00	0,00	516.080,83	0,00
		SOMATÓRIO DO QDDOCA POR ÁREA E EIXO (4)				708.895,00	0,00	516.080,83	0,00

27 Desporto e Lazer

ÁREAS DE ATUAÇÃO

812 Desporto Comunitário									
		MANUTENCAO DA DIVISAO DE ESPORTES	12.001.27.812.0022.2110	Nêx		558.322,35		519.130,18	
		CONSTRUCAO REFORMA MELHORIAS DE QUADRAS DE ESPORTE	12.002.27.812.0022.1056	Nêx		41.465,22		0,00	
		AMPLIACAO E MELHORIA DO ESTADIO MUNICIPAL	12.002.27.812.0022.1057	Nêx		90.122,10		43.344,38	
		TOTAL SUBFUNÇÃO				689.909,67	0,00	562.474,56	0,00
		SOMATÓRIO DO QDDOCA POR ÁREA E EIXO (5)				689.909,67	0,00	562.474,56	0,00
		TOTAL DO EIXO(II = 3+4+5)				23.902.030,28	0,00	17.301.900,12	0,00

3. PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS DA CIDADANIA

08 Assistência Social

ÁREAS E SUBÁREAS DE ATUAÇÃO

243 Assistência à Criança e ao Adolescente									
		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIA	14.001.08.243.0025.2100	NEx		3.785,10		0,00	
		MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR	14.001.08.243.0025.2101	NEx		412.698,00		231.783,19	
		AMPLIACAO E REFORMA DO PROJETO EDIFICAR	14.002.08.243.0036.5065	Ex	1,00	3.296,38	3.296,38	0,00	0,00
		MANUTENCAO DO PROJETO EDIFICAR	14.002.08.243.0036.6091	Ex	1,00	350.444,15	350.444,15	288.913,56	288.913,56
		MANUTENCAO DO CRAS	14.002.08.243.0036.6092	Ex	1,00	416.001,17	416.001,17	315.638,31	315.638,31
		MANUT. DO CONSELHO MUNIC. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	14.002.08.243.0036.6102	Ex	1,00	17.674,35	17.674,35	532,87	532,87
		TOTAL SUBFUNÇÃO				1.203.899,15	787.416,05	836.867,93	605.084,74
244 Assistência Comunitária									
		MANUTENCAO DE DIVISAO DE ACAO SOCIAL	14.001.08.244.0025.2090	NEx		2.102.508,72		2.081.602,32	